



GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

A GESTÃO SOCIAL COMO TEMA INTEGRADOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Nelson Russo de Moraes

UNESP

nelsonrusso@tupa.unesp.br

Sérgio Silva Braga Júnior

UNESP

sergio@tupa.unesp.br

Danilo Florentino Pereira

UNESP

danilo@tupa.unesp.br

Angélica Góis Morales

UNESP

angelica@tupa.unesp.br

Francisco Gilson Rebouças Porto

Júnior

Universidade Federal do Tocantins

gilsonportouft@gmail.com

Júlio César Ibiapina Neres

Faculdade Guarái - FAG

jcneres@gmail.com

RESUMO

Com a ampliação dos níveis de responsabilidade das universidades, especialmente quanto à efetividade da formação global dos profissionais, uma análise institucional sobre as matrizes curriculares, projetos de extensão e ainda no âmbito das pesquisas fomentadas, se faz necessária. Este trabalho tem o objetivo de analisar a adoção da “gestão social” como tema de integração pedagógica na formação do profissional de nível superior contemporâneo, a fim de elevar a efetividade das ações da universidade junto à sociedade. A pesquisa do tipo explicativa perpassa pela exploração dos conceitos de gestão social a partir da teoria crítica da Escola de Frankfurt, descreve o fenômeno do aumento das responsabilidades atribuídas à universidade, inclusive destacando contribuições teóricas e experiências relevantes das universidades brasileiras para fundamentar a defesa do tema “gestão social” como importante direcionamento formativo, independentemente da área do conhecimento e do curso superior.

PALAVRAS-CHAVE:

Gestão Social; Impacto Social da Universidade; Gestão do Ensino; Pesquisa; Extensão.

INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, da mesma forma em que o ensino fundamental e médio são desafiadores, o ensino superior também traz elementos que o mantém com altos níveis de complexidade tanto pelo planejamento e desenvolvimento de suas ações que devem estar alinhadas a um amplo conjunto de expectativas da sociedade, quanto pela

imposição de altíssima responsabilidade à gestão universitária desde a unidade até o planejamento e execução enquanto política pública (DIAZ *et al*, 2013).

Dentro de uma das trilhas de novas e contemporâneas responsabilidades das universidades brasileiras está a adoção da “gestão social” como conceito envolvente à formação global dos profissionais e convergente aos anseios da sociedade para o perfil dos egressos de cursos superiores. O artigo, ora apresentado, é fruto da pesquisa fundamentada sobre o questionamento: “a universidade deve assumir a gestão social como tema de integração pedagógica a fim de elevar a efetividade de suas ações formativas junto à sociedade?”

Com a construção do problema de pesquisa acima destacado, o objetivo geral estabelecido é “analisar a adoção da gestão social como tema de integração pedagógica na formação do profissional de nível superior contemporâneo”. Como objetivos específicos destacam-se: “compor base teórica acerca da gestão social como desdobramento *frankfurtiano*” e “descrever a evolução do debate e da aplicação do tema gestão social nas universidades brasileiras”.

A pesquisa do tipo explicativa perpassa pela exploração dos conceitos de gestão social a partir da teoria crítica da Escola de Frankfurt; descreve o fenômeno do aumento das responsabilidades atribuídas à universidade, inclusive destacando experiências relevantes das universidades brasileiras e, por fim, aporta-se na defesa do tema “gestão social” como importante direcionamento formativo, independentemente da área do conhecimento e do curso superior (CONDURU, 2005).

A exploração bibliográfica é fundamental em todas as fases das pesquisas (MARTINS e THEÓPHILO, 2009), sendo determinante para promover a necessária aproximação dos autores que fundamentam o pensamento sociológico e que pautam, em grande parte, a evolução do conhecimento e que partindo da análise de fatos e fenômenos sociais construíram e ainda constroem teses de orientação teórica ao posicionamento do indivíduo e seu grupo com relação ao que está posto pela sociedade e pelo poder hegemônico (FERREIRA, 2003).

A descrição do fenômeno de ampliação das responsabilidades da universidade e da aproximação da pauta “gestão social” aos debates intra acadêmicos foi uma abordagem bastante rica às pesquisas. Neste sentido, vieram a tona algumas experiências nacionais de grupos e núcleos de pesquisa oficiais e muitos informais, além da existência de tantos trabalhos práticos de extensão e mesmo pesquisas pertencidas ao debate de “gestão social”, mas que surgiram sem a existência de tal aprofundamento ou alinhamento teórico. Numa trilha de “busca invertida” do atendimento das demandas impelidas pela sociedade aos profissionais contemporâneos, onde a base acadêmica, especialmente em pequenos grupos de trabalho e pelo perfil de alguns docentes – sentido as demandas e anseios sociais – acabam por pressionar os níveis institucionais das universidades por novos conteúdos programáticos, disciplinas, cursos de graduação, especialização e mesmo por mestrados e doutorados.

A defesa de que a “gestão social” deve ser assumida como tema norteador ao trabalho de integração acadêmica acontece então de maneira natural durante o processo da redação final deste artigo, pois parece fluir no interior da universidade, espelhando algo

latente à sociedade civil, que ao encontrar o espaço dialógico próprio da academia, se comunica em busca de respostas.

DEMANDAS UNIVERSITÁRIAS

Segundo Behring e Boschetti (2006), o aumento dos níveis de complexidade da vida social planetária em geral e das nações em específico é observado em todas as esteiras de pesquisa e sob todos os focos de análise, se expressando de maneira bastante acentuada, dentre outros, no aumento da desigualdade social e na fragilização das políticas públicas para o atendimento das demandas das pessoas e de suas famílias, das comunidades e suas sociedades. Neste contexto é muito fácil estabelecer como pressuposto, que a “sociedade” precisa rever sua história e pensar os passos coletivos para que o ordenamento de suas riquezas capital e de conhecimento possam servir, para além dos interesses políticos de seus detentores, à redução dos impactos dos problemas sociais e econômicos sobre a humanidade.

No sentido desta demanda, na segunda metade do século XX o ensino superior passou por um período de grande expansão, impulsionado pela retomada produtiva e econômica dos países europeus e outros envolvidos na segunda guerra mundial, cuja finalização trouxe forte concorrência entre as empresas privadas em busca de novos mercados, assim como pela adoção do modelo keynesiano de economia que trouxe as políticas públicas universalistas (HOBBSAWN, 1995).

Fiúza Mello; Almeida Filho e Ribeiro (2009) destacam que contemporaneamente, à universidade é atribuído um conjunto de desafios gigantescos divididos entre as suas tradicionais pilastras, ao ensino cabe a formação de profissionais competitivos e com cabedal de conhecimentos que possa dar respostas efetivas às demandas organizacionais e aos interesses da sociedade. À pesquisa, a macro incumbência de construir teses que respondam aos questionamentos e ajudem na solução dos problemas da humanidade. Por fim, à extensão cabe, segundo Calderón (2007), a estruturação de canais de comunicação para que o conhecimento trafegue pela sociedade de maneira geral, e comunidade local em específico, levando informações e promovendo a cooperação e o bem estar social.

Perpassando de modo transversal os três desafiantes níveis de expectativas geradas e legitimadas à universidade, Teixeira (1994), ao considerar que – apesar dos esforços públicos e daqueles emanados dos interesses privados – nem todas as pessoas terão acesso ao ensino superior, aponta a ampliação exponencial das responsabilidades da universidade na formação de egressos com fortes subsídios sociais e econômicos para que possam melhor compreender a importância e os reflexos do seu exercício profissional na sociedade, operacionalizando maiores níveis de efetividade sobre os investimentos públicos e privados à formação de nível superior.

À universidade, tomada como centro de criação e difusão do conhecimento, que promove a formação profissional e a resolução de problemas do ser humano e de sua sociedade, é impelido o compromisso de formar e fomentar o espírito crítico que leve o universitário a analisar as conexões de alguns fenômenos anteriormente não abarcados em sua formação (de maneira transversal em todas as áreas de graduação) como a conexão *capital–desigualdade–pobreza*, a conexão *modo de produção–impactos ambientais–gestão ambiental* e a conexão *welfaremix–responsabilidade social*

empresarial–terceiro setor (para citar apenas alguns diálogos teóricos necessários à boa prática profissional, independentemente da profissão advinda de distintas formações superiores). Como destaca Torres (2003, p.134) “as universidades, enquanto instituições historicamente constituídas e povoadas por intelectuais, e não apenas por tecnocratas, têm um papel a desempenhar no desenvolvimento de modelos críticos de sociedade” (TENÓRIO, 2005).

FUNDAMENTAÇÃO DA GESTÃO SOCIAL

A partir das concepções e teorias tradicional e crítica emanadas e fortalecidas pelos estudiosos da filosofia, antropologia, economia e principalmente da sociologia que compuseram e compõem as diversas gerações da Escola de Frankfurt, diversos movimentos e fenômenos sociais vem sendo redefinidos na contemporaneidade, inclusive trazendo reflexos à maneira como as demandas sociais são atendidas, tanto na esfera pública como no âmbito da iniciativa privada (HABBERMAS, 1997).

Para além da apropriação, outrora assentada apenas às organizações do terceiro setor, como instituições de natureza contra-hegemônica, a teoria crítica *frankfurtiana* vem tendo crescente aplicação nas empresas e especialmente na formação do capital social humano (PATTEMAN, 1992). Sobre isso Tenório (2002) destaca:

O fundamento epistemológico da gestão social deve ser oposto àquele da teoria tradicional, enfoque teórico que fundamenta a gestão estratégica monológica, como os sistemas-empresa estão para o mercado. Ao contrário, a base epistemológica da gestão social deve ser a intersubjetividade-dialogicidade, como a política, como o bem comum, contemplando o envolvimento da cidadania no espaço público e do trabalhador no espaço privado. Assim, gestão social é o processo intersubjetivo que preside a ação da cidadania tanto na esfera privada quanto na esfera pública. (TENÓRIO, 2002, p.136)

Sobre este debate, inclusive relacionado à administração de políticas públicas, conforme afirma Carvalho (1999, p.19), “a gestão social é, em realidade, a gestão das demandas e das necessidades dos cidadãos. A política social, os programas, os projetos são canais e respostas a estas necessidades de demandas”. No entanto, uma série de fatores, ocorridos na década de 1990 vem alterando substancialmente esse atendimento, principalmente o aumento da inserção das empresas no atendimento às demandas sociais e o crescimento do conceito de empreendedorismo social, que em sua essência trabalha na perspectiva de criar a setorização de ações de intervenção na realidade social (OLIVEIRA, 2004).

Assim, segundo Fisher (2006), ao pensar em gestão social é pensar além da gestão de políticas públicas, mas sim estabelecer as articulações entre ações de intervenção e de transformação no campo social, que é uma noção mais ampla, e que não se restringe a esfera público-governamental, como vemos nas ações de responsabilidade social e do crescimento do terceiro setor.

Segundo Dowbor (1999) nessa compreensão da gestão social, tomando como referência a experiência de países escandinavos, e levando a personificação da base teórica, o papel de gestor social não é só dos profissionais de administração ou de serviço social, mas de todo cidadão que se conscientiza de sua importância e passa a participar mais ativamente dos fenômenos sociais de maneira geral e dos processos intra organizacionais em específico, passando pela concepção de que todos sejam gestores sociais.

Ora, se as responsabilidades sociais personificadas aos cidadãos são ampliadas à proporção em que o seu estoque de capital social tem seus níveis elevados, é possível utilizar – gradativa e crescentemente – o termo *accountability* para as suas ações. O processo de *accountability* ocorre quando o sujeito é chamado à prestar contas por suas ações praticadas, sendo bastante utilizado como instrumento de constrangimento ao gestor público, mas também corretamente aplicado quando aqueles que detém maior conhecimento desempenha suas funções profissionais e mesmo aquelas relativas à sua condição de cidadania (GOMES, 2004 e PEREIRA, 2009).

Neste ínterim, uma sociedade melhor esclarecida, advinda principalmente por duas vias, uma pela implementação de instrumentos de acesso ao ensino superior, por sua vez possibilitada pela concorrência entre as instituições de ensino superior privadas e pelo amadurecimento das políticas públicas de universalização do acesso e outra pela democratização do acesso às informações trazida especialmente pela popularização da internet, vêm chamando os profissionais formados em nível superior à responderem por seu perfil profissional de maneira geral e pelos reflexos dele emanados em específico (CASTELLS, 2003 e PEREIRA, 2009).

A gestão, neste sentido, se constitui em uma das competências de maior importância ao profissional e às organizações contemporâneas, afinal, nenhum deles pode se manter em um ambiente tão competitivo sem o domínio deste conhecimento. Por extensão todo ato de gestão do exercício profissional tem sua dimensão social, por requerer de todos os profissionais esta postura, como destaca Chiavenato (2004, p. 32) que constata que a maioria dos profissionais inseridos nas organizações necessita de maior especialização para que possam adquirir melhores condições para a condução de suas tarefas, especialmente acerca dos saberes sociais contextuais e acerca dos reflexos de suas ações profissionais sobre a sociedade.

O profissional apto e aderente às demandas da contemporaneidade deve trafegar para além da instrumentalidade e das técnicas de sua profissão, tendo condições para abdicar ao comodismo da visão reduzida própria da concepção equivocada da fragmentação do saber (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008). Neste sentido, é elementar que a cidadania não é ensinada nas escolas e tampouco passível de formação superior, mas os anseios sociais impelem à responsabilidade das universidades que devem oferecer formação coadunada aos valores transversais que norteiam a vida em sociedade.

Fischer (2006) destaca que a gestão social ou a gestão do desenvolvimento social é o resultado de uma construção efetivada para além dos limites entre as disciplinas acadêmicas, fundamentando-se na interdisciplinaridade:

O campo da gestão social, ou de gestão do desenvolvimento social, é um reflexo das práticas e do conhecimento construído por múltiplas

disciplinas, delineando-se uma proposta multiparadigmática, de natureza interdisciplinar. Como as ações mobilizadoras partem de múltiplas origens e tem muitas direções, as dimensões praxiológica e epistemológica estão entrelaçadas. Aprende-se com a prática e o conhecimento se organiza para iluminar a prática. (FISCHER, 2006, p. 797).

Fischer (2006) desconstrói qualquer tipo de comodismo das instâncias que produzem o conhecimento científico com relação àquele advindo do plano cultural ou tradicional e contribui para a reflexão acerca do redirecionamento da prática acadêmica na busca de maior aderência social. Marcando a convergência entre a gestão social e algumas das demandas mais consistentes do mundo acadêmico e que de maneira mais ampla atuem em prol do desenvolvimento e não apenas do crescimento econômico.

A GESTÃO SOCIAL NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

O resgate da evolução histórica da introdução de temas concernentes à gestão social no debate interno-formativo e externo-cooperativo das universidades brasileiras remonta inicialmente à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (de 20/12/2006), regulamentada pelo Decreto 5.622 (de 19/12/2005), que estabeleceu linhas gerais ao ensino superior no Brasil, ficando as especificidades formativas sob a responsabilidade precípua dos gestores das matrizes curriculares.

Não obstante, segundo Marcelino (2004), as conexões formativas do ensino e da consciência da gestão, não são somente de competência das políticas públicas, mas sim dos gestores das matrizes curriculares e das unidades de ensino superior, maiores envolvidos na articulação o desenvolvimento econômico, social e ambiental, o que faz com a noção de gestão, seja ampliada para a gestão social, articulando e mobilizando ações interventivas de impacto e transformação social, onde o ensino superior passa a assumir papel de responsabilidade estratégica, concretizado pelas perspectivas trazidas pela gestão social.

Dowbor (1999) destaca como uma das matrizes, dos trabalhos acadêmicos sobre gestão social no Brasil, a criação (nas décadas de 1980 e 1990) de centros de estudos do Terceiro Setor na Pontifícia Universidade Católica – PUC, na Fundação Getúlio Vargas – FGV e na Universidade de São Paulo – USP e a importância da pós-graduação em economia da PUC gerar o Laboratório de Economia Social. O cientista destaca que tais adventos marcam rupturas à imagem consolidada de que as escolas de Administração e Economia prestavam-se (até então) apenas à formação de profissionais para a maximização de lucros, enquanto ao Serviço Social cabia a tratativa das mazelas sociais.

Neste ínterim e recorte temporal das décadas finais do século XX e início do século XXI, alguns pesquisadores sociais brasileiros advindos de áreas formativas e escolas distintas iniciaram a aproximação para construção e defesa da proposta de que a gestão social devesse ser tomada como tema integrador às diversas áreas do conhecimento e formação em nível superior e às suas disciplinas intra curriculares. Assim, Fernando Guilherme Tenório, Ladislau Dowbor, Tânia Maria DiederichsFischer e Maria do

Carmo Brant Carvalho compuseram uma primeira remessa de cientistas sociais a trabalhar a gestão social, aproximando sua matriz teórica à aplicação dos conceitos em debates acadêmicos. Nomes como Rosinha Carrion, Paula Chies Schommer, Genauto Carvalho de França Filho, Airton Cardoso Cançado, Jeová Torres Silva Júnior, Sylvia Maria Azevedo Roesch e Vanessa Paternostro Melo dentre outros, dada a proximidade de seus enfoques e interesses aprofundaram os estudos e pesquisas nas suas universidades (CIAGS, 2014).

Com o esforço de seus pesquisadores, elegendo-se a Universidade Federal da Bahia (UFBA) como centralidade dos debates e trabalhos no Brasil, a rede de pesquisadores conseguiu o fortalecimento da base científica e o reconhecimento da comunidade acadêmica nacional e de órgãos oficiais como o Ministério da Ciência e Tecnologia (por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB), o que levou à implementação do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Consolidado e articulado como “um espaço de articulação entre os saberes teóricos e práticos que promove a aproximação entre discentes, professores e pesquisadores de gestão social com o Estado, a sociedade civil e empresas” (CIAGS, 2014) o CIAGS propôs à CAPES e implementou, a partir de 2005, o Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Gestão Social.

Na busca do diálogo multirreferencial, cientistas de diversas áreas passaram à participação efetiva nos ENAPEGS (Encontros Nacionais de Pesquisadores em Gestão Social) anuais que foram desenvolvidos em cidades onde a discussão acadêmica fortalece a gestão social, sendo desenvolvido em 2007 em Salvador/BA (Universidade Federal da Bahia), em 2008 em Palmas/TO (Universidade Federal do Tocantins/Universidade Estadual do Tocantins e Faculdade Católica do Tocantins), em 2009 em Petrolina/PE e Juazeiro/BA (Universidade Federal Vale do São Francisco), em 2010 em Lavras/MG (Universidade Federal de Lavras), em 2011 em Florianópolis/SC (Universidade do Estado de Santa Catarina), em 2012 em São Paulo/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e em 2013 em Belém/PA (Universidade da Amazônia).

É importante trazer a este debate as perspectivas da multirreferencialidade e da interdisciplinaridade, que abordam o fenômeno humano sob várias óticas, onde a reflexão acerca da redução destes aos aspectos econômico, psicológico, religioso, educacional, estético, sociológico, político, biológico entre outros, levaria também a redução dos seus resultados alcançados na busca do conhecimento. Estabelece-se como necessário que os diversos campos do saber se inter-relacionem para melhor compreensão da sociedade, do ser social e de suas relações, como explica Morin:

A visão não complexa das ciências humanas, das ciências sociais, implica pensar que existe uma realidade econômica, por um lado, uma realidade psicológica, por outro, uma realidade demográfica, mais além, etc. Acreditamos que essas categorias criadas pelas universidades são realidades, mas esquecemos que, no econômico, por exemplo, estão as necessidades e desejos humanos. Por trás do dinheiro, existe todo um mundo de paixões [...] A consciência da

complexidade nos faz compreender que não poderemos escapar jamais à incerteza e que jamais poderemos ter um saber total: a totalidade é a não verdade. (MORIN, 1996, p.100 e 101).

As pesquisas em ciências humanas e sociais, neste sentido, devem superar o isolamento das diversas áreas do conhecimento, além de procurar o estabelecimento de um diálogo entre elas, ou seja, a interdisciplinaridade. Neste contexto, salienta-se que para uma pesquisa ser interdisciplinar, ela precisa ser composta por especialistas diversificados, pois é preciso que as várias áreas do conhecimento estejam presentes neste diálogo (GOMES et al, 2008).

O bom funcionamento de uma equipe multidisciplinar, orientada por uma abordagem multirreferencial como a exigida pela “gestão social”, deve orientar-se à construção de uma pauta única e concisa, onde cada especialista propõe o seu ponto de vista fomentando o diálogo entre autores e pesquisadores de diversas correntes. Neste sentido, em um enfoque mais operacional, é preciso mobilizar os esforços de modo que convirjam ao estabelecimento do diálogo entre as várias competências, para afastar o risco de disputa entre os vários ramos do conhecimento, o que levaria a fragmentação e a baixa efetividade dos constructos teóricos.

João Paulo II (1992) *apud* Garcia (2000, p. 26), em seu livro “Educação para a Solidariedade: uma Questão de Coerência” destaca em seu discurso a responsabilidade social da formação global do ser humano:

A humanização, ou seja, o desenvolvimento do homem efetua-se em todos os campos da realidade na qual o homem está situado e se situa: na sua espiritualidade e corporeidade, no universo, na sociedade humana e divina. Trata-se de um desenvolvimento harmônico, no qual todos os setores dos quais faz parte o ser homem ligam-se uns com os outros: a cultura não diz respeito nem unicamente ao espírito, nem unicamente ao corpo, como nem unicamente à individualidade. A redução ‘ad humanum’ dá sempre lugar a culturas desumanizantes, nas quais o homem é espiritualizado ou é materializado, é dissociado ou é despersonalizado (JOÃO PAULO II, 1992 *apud* GARCIA, 2000, p.26).

A fala discursiva do então Pontífice da Igreja Católica João Paulo II, trazida pela reitora de uma das maiores universidades comunitárias do Brasil (Ir. Jacinta Turolo Garcia, da Universidade do Sagrado Coração – USC) quando aplicada ao debate em curso, vem ao encontro de Fischer (2006, p. 17) quando afirma, sobre a aplicação do conceito às demandas universitárias, que “a gestão social pode ser definida como aquela orientada para o social (enquanto finalidade) e pelo social (enquanto processo), norteadas por princípios de ética e solidariedade”, indicando um caminho necessário à universidade em seu papel formador.

DEBATE DOS RESULTADOS

A base teórica, desdobrada da teoria crítica *frankfurtiana* aos constructos contemporâneos que sustentam os trabalhos ao entorno da “gestão social” são consistentes e mostram desdobramentos práticos em instituições de ensino superior públicas e privadas onde foram aplicados os seus conceitos, aumentando seus níveis de efetividade formativa. Os resultados se expressam também em números de trabalhos desenvolvidos, na adesão aos encontros nacionais e mesmo nos mapas oficiais de pesquisa.

Os estudos desenvolvidos encontram êxito ao passo em que se observa no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq mais 50 (cinquenta grupos de pesquisa) alinhados aos trabalhos sobre o tema “gestão social”, agregando-se outro 82 (oitenta e dois) quando se lança o tema “terceiro setor”, ultrapassando a marca de 200 (duzentos grupos) ao abarcar “responsabilidade social” e “gestão ambiental” (CNPq, 2014).

Ao destacar exemplos distintos, dentre tantos trabalhos implementados nas faculdades e universidades brasileiras para a adoção da gestão social como pauta integradora, vale apresentar, além do caso da UFBA, já apresentada em sua história, algumas experiências que contribuíram para esta investigação.

Na Universidade do Sagrado Coração – USC, análise nos anos de 2010 a 2012, um enorme engajamento universitário na produção de redes sociais de apoio às comunidades e que culminaram na produção científica e formação de diversos profissionais fortemente lastreados na gestão social.

Na Universidade Federal do Tocantins – UFT, análise no ano de 2010, professores e alunos compuseram o Núcleo de Economia Solidária da UFT – NESOL congregando docentes e universitários em pesquisas e ações de extensão que perpassam pelo processo formativo de comunidades tocantinenses na área de cooperativismo e associativismo.

Na Universidade do Tocantins – UNITINS (universidade estadual), onde diversas disciplinas desdobradas do tema “gestão social” foram criadas e implementadas nos cursos de graduação à distância (EaD).

Na Faculdade Guaraí – FAG (instituição de ensino superior privada), análise no ano de 2012, experiências colaborativas entre a IES, associações e comunidades tradicionais contribuíram para a efetivação da cidadania de centenas de pessoas (comunidades tradicionais e universitários), a partir do desenvolvimento de projetos de extensão e de pesquisa pautados na experiência e compromisso de seus então gestores, docentes e universitários.

Na UNESP de Tupã, análise no ano de 2014, a criação de um grupo de estudos voluntário sobre gestão social que rapidamente se estruturou como grupo de pesquisas (Grupo de Pesquisa em Democracia e Gestão Social) desenvolvendo metodologias de análise social e de cooperação a partir da aproximação das demandas da comunidade ao seu entorno.

Por fim, o movimento criativo de convergência entre o tema gestão social e as pautas universitárias, especialmente nas décadas finais do século XX, está se desdobrando nas mais diversas universidades brasileiras, por meio de novos cursos de graduação com matrizes curriculares que contemplam disciplinas como “responsabilidade social”, “terceiro setor”, “gestão ambiental”, “impactos ambientais”, “associativismo” e na alocação de conteúdos como “ética”, “democracia”, “pobreza”, “questão social”, “desenvolvimento de territórios”, “saúde de comunidades tradicionais” etc.

A criação e manutenção do Curso de Mestrado em Gestão Social pelo CIAGS/UFBA têm formado novos pesquisadores que, menos migrantes como a base acadêmica inicial, passam a transitar com excelente formação pelas universidades brasileiras. Seus impactos ainda serão mais bem sentidos nas produções científicas desta década e nos próximos ENAPEGS.

CONCLUSÃO

Ao considerar os desdobramentos teóricos advindos da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, que fortalecem as ações já implementadas há muitos anos nas universidades públicas e privadas brasileiras, observa-se que existe um alicerce de estado da arte não utilizado por inúmeras ações de pesquisa e de extensão, que ainda pouco conhecer acerca da “gestão social”.

Por outro lado, diversas universidades, especialmente por meio de seus grupos de pesquisa vem implementando gradativamente a adoção da “gestão social” como tema integrador para as ações de ensino, pesquisa e extensão. Tal evento vem potencializando a geração de espaços de pesquisa e as suas produções de conhecimento de maneira geral e de comunicações científicas em específico.

As pesquisas, de abordagem qualitativa, expõem que a “gestão social” pode ser aplicada a toda área de formação, especialmente por tratar da construção da identidade global e não de aspectos técnicos, muitas vezes isolados a uma ou outra profissão de nível superior.

A responsabilidade universitária no Brasil é imensa e pode-se afirmar que a adoção da “gestão social” como tema de integração transversal à formação do profissional se coaduna às expectativas da sociedade, elevando níveis potenciais de efetividade do papel da universidade brasileira.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

CALDERÓN, A. I. *et al.* Educação superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007.

CARVALHO, M. C. B. Gestão Social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). Gestão Social – uma questão em debate. São Paulo: Educ/IEE/PUCSP, 1999.p. 19-29.

CASTELLS, M. A galáxia da internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHIAVENATO, I. Aula de gestão. Revista Você S.A. São Paulo: Abril, 2004, p.32.

CIAGS. Centro Interdisciplinar de Administração e Gestão Social. Disponível em <<http://www.ciags.org.br>>. Acesso em 08/08/2014.

CONDURÚ, M.T.; PEREIRA, J.A.R. Elaboração de trabalhos acadêmicos: normas, critérios e procedimentos. Belém: NUMA/UFPA, 2005.

DOWBOR, L. A gestão social em busca de paradigmas. São Paulo: Educ – IEE, 1999.

FERREIRA, D. Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação. São Paulo: Atlas, 2003.

FISCHER, T. *et al.* Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. Revista de administração pública. Set/out. Rio de Janeiro: RAP, 2006.p.789-808.

FISCHER, T.; ROESCH, S.; PATERNOSTRO MELO, V. Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para o ensino. Salvador: UFBA, 2006.

FIÚZA MELLO, A.; ALMEIDA FILHO, N.; RIBEIRO, R.J. Por uma universidade socialmente relevante. Revista atos de pesquisa em educação. Blumenau/SC: FURB, 2009.

GARCIA, Ir. J. T. Educação para a solidariedade: uma questão de coerência. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

GOMES, G.S. *et al.* Residência social & EaD: alternativas multirreferenciais nos estágios de graduação da UNITINS. In: Anais do II Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Palmas/TO: ENAPEGS, 2008.

GOMES, W.S. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, J. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. Vol. I e II.

HOBBSBAWN, E. J. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARCELINO, G. F. (org.) . Gestão estratégica de universidade. Brasília: UnB, 2004.

MARTINS, G.A. e THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2009.

MORIN, E. Ciência com consciência. São Paulo: Bertrand Brasil, 1996.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social e a empresa júnior no Brasil: o emergir de novas estratégias para a formação profissional. Disponível em <[HTTP://www.unifae.br/publicacoes/pdf/IIseminario/politicas/politicas_04.pdf](http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/IIseminario/politicas/politicas_04.pdf)>. Acesso em 08/08/2014.

PATEMAN, C. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, S. Estado, democracia e internet: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. Tese de doutorado (UFBA), 2009, 427 f.

PEREIRA, S. e BIONDI, A. Caminhos para a universalização da internet banda larga. São Paulo: Intervezes, 2012.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. A universidade no século XXI: para uma universidade nova. Coimbra/Portugal: Almedina, 2008.

TEIXEIRA, A. Educação não é privilégio. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

TENÓRIO, F.G. Flexibilização organizacional, mito ou realidade? 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

TENÓRIO, F.G. (Re) visitando o conceito de gestão social. Revista desenvolvimento em questão. Ano 3, nº 5, jan-jun. Editora Unijuí: 2005.

TEODORO, A. Educação superior e inclusão, tendências e desafios para o século XXI. Revista temas em educação. João Pessoa/PB: 2013.

TORRES, C. A. Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado. In: C. A. Torres. (Org.). Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação. S. Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 63-101.